

Relatório de atividades 2011

Gerência de Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos - GEFIU

I. INTRODUÇÃO

Amparada pelo disposto na Lei nº 9.433, de 1997, na Lei nº 9.984, de 2000 e no Decreto nº 3.692, de 2000, a ANA tem, como uma de suas atribuições, fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União. É uma das atividades do modelo “comando e controle” previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, voltado à garantia dos usos múltiplos da água. Tem caráter educativo, preventivo e corretivo/repressivo, na medida em que estimula o cumprimento da legislação pelos usuários e, ao mesmo tempo, informa-os sobre os preceitos legais e os procedimentos administrativos para sua regularização.

Mais recentemente, com os novos desafios impostos por dispositivos legais que atribuíram à ANA a competência para fiscalizar a segurança das barragens, regular e fiscalizar serviços públicos federais de irrigação, se em regime de concessão, e de adução de água bruta, a Gerência de Fiscalização da ANA teve seu quadro técnico ampliado e ganhou *status* de Superintendência. Essa nova Superintendência - SFI - foi criada em dezembro de 2010, com o objetivo de atender às novas atribuições citadas, bem como dar continuidade às atividades de fiscalização de usos dos recursos hídricos e coordenar o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH. Foi estruturada com três gerências, a saber: Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos- GEFIU, Fiscalização de Serviços Públicos e Segurança de Barragens - GEFIS e a de Cadastro - GECAD.

Assim, no ano de 2011, as atividades de fiscalização da ANA passaram por processos de reestruturação, aprimoramento e inovações dos métodos de trabalho. Com essa reestruturação, a Agência conseguiu aumentar a abrangência e a eficácia das ações realizadas no país.

II. PRINCIPAIS AÇÕES EM 2011

A escolha das bacias hidrográficas prioritárias para fiscalização se deu a partir da análise dos conflitos envolvendo os recursos hídricos, existência de marco regulatório e alocação negociada de água, presença de instrumentos avançados de gestão, como a cobrança pelo uso da água, balanço hídrico qualitativo e, ou, quantitativo crítico, dentre outros.

Nessas bacias prioritárias, buscou-se a regularização dos usuários mais representativos, ou seja, que causam impacto expressivo no corpo hídrico, seja pela quantidade de água captada ou pelo lançamento de efluentes.

Além das ações elencadas pela própria GEFIU nas bacias tidas como prioritárias, foram executadas campanhas para atendimento a demandas específicas.

Assim, em 2011 foram executadas 41 atividades na GEFIU, envolvendo campanhas de fiscalização, reuniões técnicas com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, auxílio a cadastramento de usuários de recursos hídricos sob a responsabilidade do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, além de acompanhamento do Protocolo de Compromisso firmado com a Votorantim Metais e do enchimento da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no Rio Madeira. Ademais, foi promovido um curso para capacitação em monitoramento do uso de recursos hídricos para técnicos da Secretaria de Meio Ambiente do Pará. A Figura 1 apresenta as bacias hidrográficas nas quais se concentraram a maioria das atividades de fiscalização em 2011.

Bacias que foram alvo de campanhas de fiscalização em 2011

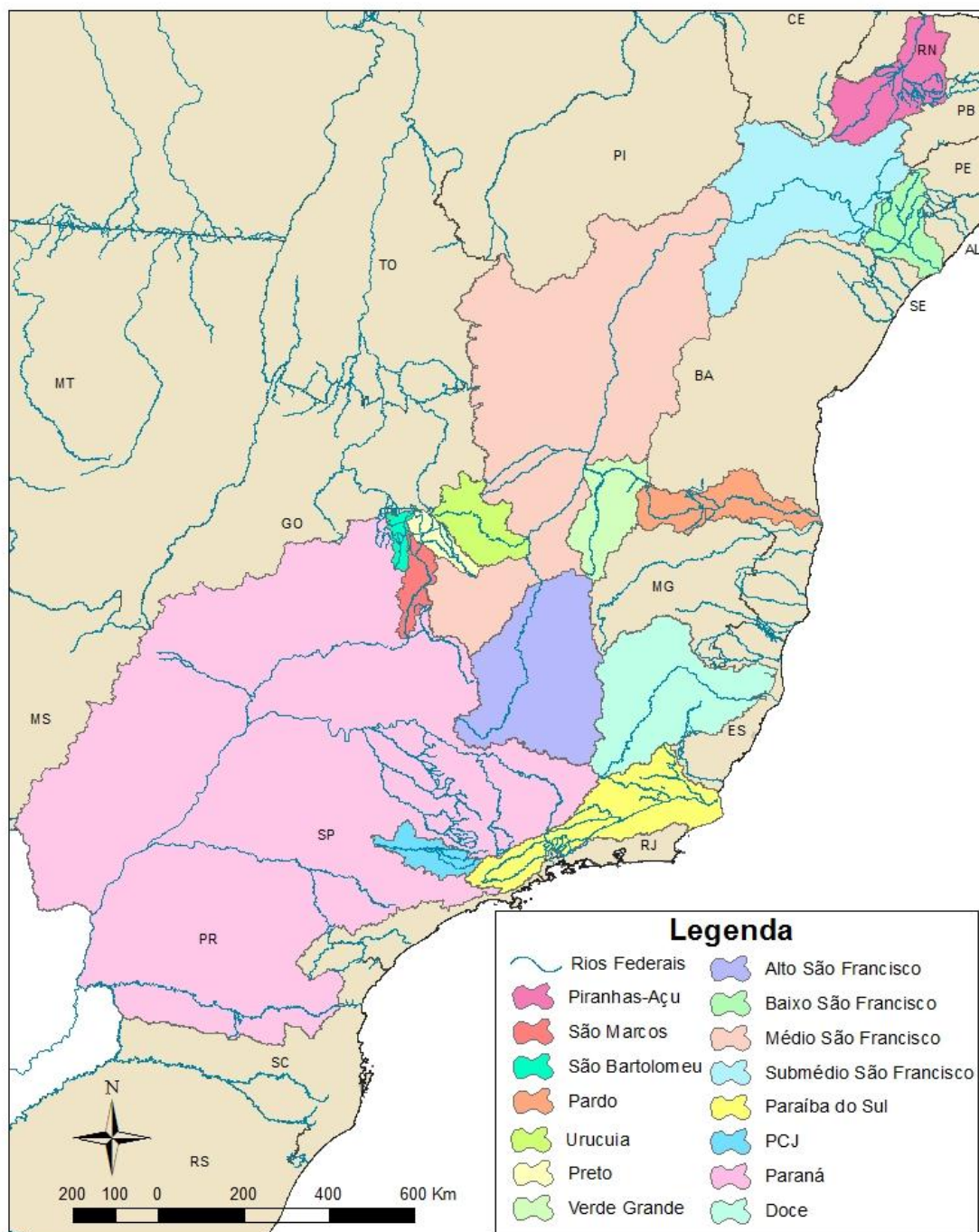


Figura 1. Destaque das principais bacias hidrográficas prioritárias para as ações de fiscalização em 2011.

A tendência de crescimento das ações de fiscalização da ANA ao longo dos anos é ilustrada na Tabela 1 e no gráfico da figura 2.

Tabela 1. Quantitativo de campanhas de fiscalização de usos de recursos hídricos realizadas pela ANA entre os anos 2001 e 2011 e de usuários vistoriados e notificados.

Ano	Nº de campanhas	Usuários vistoriados	Usuários notificados
2001 a 2006	84	707	131
2007	29	249	40
2008	25	138	42
2009	24	143	35
2010	32	135	36
2011	37	343	129

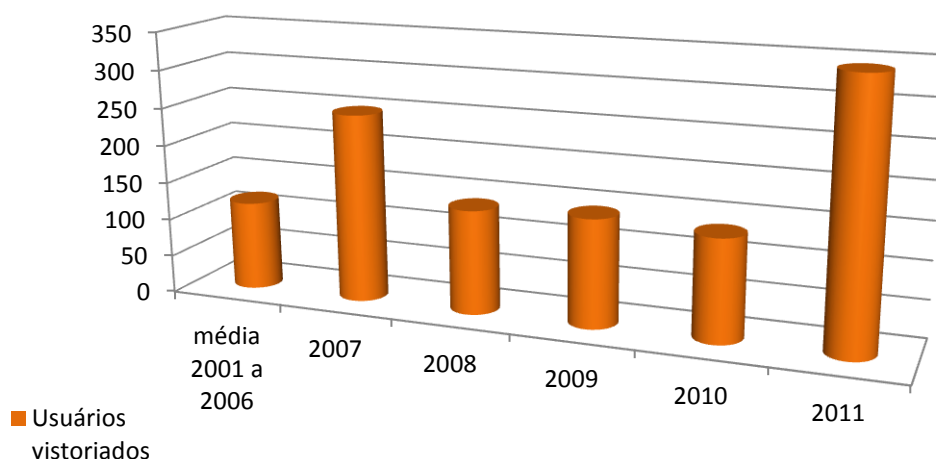


Figura 2. Quantidade de usuários vistoriados em campanhas de fiscalização realizadas pela ANA entre 2001 e 2011.

Em 2011, a ANA deu continuidade às ações de promoção da articulação institucional com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos para a definição de estratégias visando, principalmente, a delegação de outorga pela ANA e a integração de procedimentos de fiscalização dos usos de recursos hídricos entre os entes da Federação. Essa estratégia se mostra necessária, tendo em vista que, independentemente da delegação da outorga, a atividade de fiscalização em rios de domínio da União continua sendo uma das atribuições da Agência, não podendo ser igualmente delegada.

Paralelamente a essa estratégia de descentralização e de ação conjunta, a ANA tem buscado promover a troca de experiências entre os órgãos gestores estaduais, além de fornecer apoio técnico aos Estados, principalmente àqueles ainda não estruturados, para atividades de fiscalização dos usos de recursos hídricos.

III. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA 2012

O planejamento das atividades de fiscalização para o ano de 2012 deve dar continuidade às diretrizes estabelecidas no planejamento de 2011, mantendo as bacias hidrográficas definidas como prioritárias e a diretriz de vistoriar os maiores usuários. Para tal, os especialistas encarregados de uma bacia hidrográfica específica realizam levantamento das características e principais conflitos da bacia, além das finalidades majoritárias existentes. Além desses levantamentos, buscam-se informações acerca dos usuários em bancos de dados da Superintendência de Outorga, do CNARH e do Atlas de Abastecimento Público, articulando-se as ações propostas com as diretrizes de outros setores da Agência.